

IMOPETRO-IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Período findo em 31 de Dezembro de 2019



imopetro

Importadora Mocambicana de Petróleos

ÍNDICE

PÁGINAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 - 4
BALANÇO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 - 27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Sócios da

IMOPETRO - IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Limitada**, (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 e a Demonstração dos Resultados relativa ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data, de acordo com Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Impacto das incertezas resultantes do Covid-19 na nossa auditoria

Em Março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus ("Covid-19") como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspectivas para a economia mundial. A pandemia da Covid-19 constitui um desafio sem precedentes para a economia global e, à data da emissão deste relatório, os seus efeitos estão sujeitos a níveis de incerteza. Uma auditoria não pode prever factores desconhecidos ou todas as possíveis implicações futuras para uma empresa, e este é particularmente o caso em relação a Covid-19. Conforme descrito na Nota 21 às demonstrações financeiras, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a actividade e rendibilidade da Sociedade, incluindo a valorização dos seus activos, será afectada em maior ou menor grau. Nossa opinião não é modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

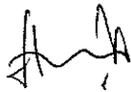
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

Maputo, 09 de Junho de 2020



Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SCA/OCAM/2014, representada por:

Aneliya Nikolova

Partner

Auditores Certificados nº 56/CA/OCAM/2014

	Notas	2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente		16 210 432	13 933 489
Activos tangíveis	5	16 210 432	13 933 489
Activo corrente		497 767 180	22 077 471
Clientes	6	362 097 641	8 740 037
Outros activos correntes	7	10 183 383	2 778 672
Impostos a recuperar	18.2	-	412 676
Caixa e bancos	8	125 486 156	10 146 086
TOTAL DO ACTIVO		513 977 612	36 010 960
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio		41 169 060	20 151 727
Capital social	9.1	2 266 663	2 266 666
Acções ou quotas próprias	9.2	(400 034)	(833)
Reservas	9.3	28 516 012	22 227 261
Resultados transitados	9.3	(4 341 166)	8 286 752
Resultado líquido do período	9.3	15 127 585	(12 628 119)
Passivos não correntes		355 295	1 009 258
Empréstimos obtidos	10	355 295	1 009 258
Passivos correntes		472 453 257	14 849 975
Empréstimos obtidos	10	652 521	873 619
Fornecedores	11	407 396 435	-
Outros passivos correntes	12	55 028 716	13 976 356
Impostos a pagar	18.2	9 375 585	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		515 560 360	36 010 960

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Importadora Moçambicana de Petróleos

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviços	13	105 678 585	67 397 575
Outros rendimentos e ganhos operacionais	16	34 228 352	1 438 000
Custos com o pessoal	14	(50 007 564)	(45 927 961)
Fornecimentos e serviços de terceiros	15	(47 556 381)	(18 457 938)
Amortizações	5	(6 455 519)	(5 589 883)
Imparidade das contas a receber	6	-	(5 704 207)
Reversão de imparidade			718 885
Outros gastos e perdas operacionais	16	<u>(4 536 075)</u>	<u>(6 967 129)</u>
Resultados operacionais		31 351 398	(13 092 658)
Rendimentos e ganhos financeiros	17	3 808 453	4 260 649
Gastos e perdas financeiros	17	<u>(9 073 933)</u>	<u>(2 333 522)</u>
Resultados antes de impostos		26 085 918	(11 165 531)
Imposto sobre o rendimento	18	<u>(10 958 333)</u>	<u>(1 462 588)</u>
Resultados líquidos do período		<u>15 127 585</u>	<u>(12 628 119)</u>

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Montantes expressos em Meticais)

Nota introdutória

A IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LDA, (doravante designada por IMOPETRO ou simplesmente Empresa) foi constituída por escritura pública de 5 de Novembro de 1998, sob a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e tem a sua sede social em Maputo.

Nas suas funções de operadora de importações de produtos petrolíferos, a sociedade regia-se pelo Decreto nº 1/97 de 28 de Janeiro de 1997, ao abrigo do qual a sociedade foi constituída e definia o regime a que ficavam sujeito as actividades de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e a fixação dos seus preços em Moçambique.

Em 28 de Dezembro de 2012, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 45/2012 ao abrigo do qual é alterada a estrutura accionista da Empresa, passando a empresa Petróleos de Moçambique (PETROMOC, S.A.) a ter o direito de deter, no mínimo, 51% do capital social da IMOPETRO, Lda.

No âmbito do Decreto nº 45/2012, a Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustíveis Líquidos (CACL), tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar os planos de aquisição e suas propostas de revisão;
- b) Mobilizar os fundos necessários para cumprimento dos programas de aquisição;
- c) Preparar os cadernos de encargos, lançar os concursos, avaliar as propostas, propor a selecção dos fornecedores, negociar e assinar os contratos para a intermediação financeira das aquisições;
- d) Negociar os termos de utilização dos fundos em moeda externa para pagamento das importações, as cartas de crédito, garantias bancárias e outras operações bancárias necessárias para as importações;
- e) Negociar e contratar os serviços de agentes, operadores de transportes e manuseamento de produtos petrolíferos, de seguradoras, inspectores e despachantes e de quaisquer outras entidades cuja intervenção seja necessária;
- f) Confirmar os embarques e assegurar todas as acções e acompanhamento, desde o ponto de origem até à entrada dos produtos em armazém, procedendo às notificações, avisos e reclamações que se impuserem em cada caso;
- g) Efectuar a coordenação entre as distribuidoras e:
 - (i) as instituições financeiras para efeitos dos pagamentos devidos pelas importações;
 - (ii) as Alfândegas para todos os trâmites relacionados com os despachos dos produtos e os pagamentos das imposições aduaneiras devidas;
 - (iii) quaisquer outras entidades intervenientes nos processos de aquisição para articulação das respectivas acções e pagamentos inerentes.

Cabe ainda a Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda), sob supervisão da Comissão de Aquisições de Combustíveis Líquidos (CACL), o seguinte:

- a) Pesquisar sistematicamente os mercados nacionais e internacionais por forma a manter informações completas e actualizadas sobre os preços internacionais e outros elementos relativos ao fornecimento de produtos petrolíferos, em termos actuais e prospectivos e sobre todos os potenciais fornecedores; Obter periodicamente das distribuidoras as informações necessárias para comprovar as suas quotas de mercado e possíveis necessidades adicionais;
- b) Recolher, compilar e divulgar periodicamente os dados estatísticos específicos respeitantes às aquisições e comercialização por parte de cada distribuidora e sobre os preços internacionais.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda) deve coordenar as aquisições dos montantes em moeda externa que as distribuidoras necessitam para o pagamento das facturas de importação relevantes, junto do banco ou bancos seleccionados para efectuar a intermediação financeira das importações de combustíveis líquidos, ou junto do operador do sindicato bancário respectivo.

A Operadora de Aquisições de Combustíveis Líquidos (IMOPETRO, Lda) deve reportar ao Ministério que superintende a área da energia:

- a) Informação sobre as encomendas, certificados de origem e chegada de produtos petrolíferos;
- b) Informações diárias dos preços internacionais;
- c) Informação sobre os pagamentos aos fornecedores; e
- d) Outras informações solicitadas pelo Ministério que superintende a área da energia.

1. Bases de preparação

Em cumprimento do número 2 do artigo 6.º do Decreto 70/2009, de 22 de Dezembro, a IMOPETRO adopta, desde 1 de Janeiro de 2011, o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (abreviadamente designado por PGC-PE).

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com o PGC-PE e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas. As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-PE e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-PE exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da IMOPETRO com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2019, sendo apresentadas em Meticals, arredondados ao Metical mais próximo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 13 de Abril de 2020 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Sócios agendada para 20 de Abril de 2020.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticals, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela IMOPETRO nas suas operações e demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. No que se refere às quantias a pagar e a receber não correntes, as correspondentes diferenças de câmbio deverão ser reconhecidas nas contas de diferimentos, quando existam expectativas razoáveis de que o ganho ou a perda são reversíveis. Posteriormente, e à medida que os pagamentos ou recebimentos forem realizados, far-se-á a sua transferência para rendimentos ou gastos consoante exista ganho ou perda efectivos.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2019		2018	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólares americanos	60,85	62,07	60,85	62,07
Rand Sul Africano	4,31	4,39	4,23	4,31

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela IMOPETRO no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados; contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a IMOPETRO. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada de acordo com o método das quotas constantes, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

	<u>Taxa anual (%)</u>
Equipamento de transporte	25%
Mobiliário, equipamento administrativo e social	10 - 16,66%
Ferramentas e utensílios	10 - 16,66%

A IMOPETRO efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Empresa procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

c) Locações

Na determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a IMOPETRO todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a IMOPETRO e podem ser mensurados com fiabilidade.

e) Provisões

A IMOPETRO constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

f) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a IMOPETRO tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

g) Imparidade de itens não monetários

A Empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenham ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a IMOPETRO estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a IMOPETRO reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

h) Reconhecimento do rédito

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando os referidos serviços são prestados.

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A IMOPETRO regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

j) Ajustamentos de contas de activo

Quando se considerar que os activos a seguir identificados estão registados por uma quantia superior ao valor que se espera recuperar, tais activos devem ser reduzidos através dos correspondentes ajustamentos.

Créditos de cobrança duvidosa

Quando houver expectativas de que os créditos não serão recebidos, deve ser reconhecido um ajustamento correspondente ao respectivo risco de incobrabilidade.

k) Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

O imposto sobre o rendimento corrente é reflectido nos resultados do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Na preparação das demonstrações financeiras da IMOPETRO exige que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

O PGC-PE estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela IMOPETRO são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A IMOPETRO reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas do Conselho de Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a IMOPETRO efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A IMOPETRO considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis

A IMOPETRO reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da Empresa.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a IMOPETRO é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

O imposto sobre o rendimento é determinado pela IMOPETRO com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da IMOPETRO durante um período de 5(cinco) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS, IRPC e IVA, eventuais correcções.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a IMOPETRO se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	Custo	Amortizações acumuladas	Quantia registada
2019			
Equipamento de transporte	20 806 375	(8 571 861)	12 234 514
Mobiliário e equipamento administrativo e social	12 440 296	(8 472 451)	3 967 845
Ferramentas e utensílios	8 073	-	8 073
	33 254 744	(17 044 312)	16 210 432
2018			
Equipamento de transporte	15 926 375	(7 425 059)	8 501 316
Mobiliário e equipamento administrativo e social	11 917 834	(6 493 734)	5 424 100
Ferramentas e utensílios	8 073	-	8 073
	27 852 282	(13 918 793)	13 933 489

Activos tangíveis (continuação)

Reconciliação - 2019	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / abates	Total
Custo				
Equipamento de transporte	15 926 375	8 210 000	(3 330 000)	20 806 375
Mobiliário e equipamento administrativo e social	11 917 834	522 462	-	12 440 296
Ferramentas e utensílios	8 073	-	-	8 073
	27 852 282	8 732 462	(3 330 000)	33 254 744
Amortizações				
Equipamento de transporte	(7 425 060)	(4 476 802)	3 330 000	(8 571 862)
Mobiliário e equipamento administrativo e social	(6 485 660)	(1 978 717)	-	(8 464 377)
Ferramentas e utensílios	(8 073)	-	-	(8 073)
	(13 918 793)	(6 455 519)	3 330 000	(17 044 312)
Quantia registada	13 933 489			16 210 432

O aumento na rubrica Equipamento de transporte no montante de 8 210 000 Meticais refere-se à aquisição de quatro viaturas sendo duas de marca Hyundai Santa Fe, uma Mazda BT50 e uma VW Tuareg.

5. Activos tangíveis (continuação)

Reconciliação – 2018

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / abates	Total
Custo				
Equipamento de transporte	14 105 254	6 548 663	(4 727 542)	15 927 375
Mobiliário e equipamento administrativo e social	11 736 421	219 870	(38 457)	11 917 834
Ferramentas e utensílios	8 073	-	-	8 073
	25 849 748	6 768 533	(4 765 999)	27 852 282
Amortizações				
Equipamento de transporte	(7 214 604)	(3 583 831)	3 373 375	(7 425 060)
Mobiliário e equipamento administrativo e social	(4 503 644)	(2 006 052)	24 036	(6 485 660)
Ferramentas e utensílios	(8 073)	-	-	(8 073)
	(11 726 321)	(5 589 883)	3 397 411	(13 918 793)
Quantia registada	14 124 427			13 933 489

6. Clientes

Esta rubrica apresenta os seguintes saldos:

	2019	2018
Petrogal de Moçambique, Lda.	68 839 464	1 597 023
BP Moçambique, Lda.	38 404 549	-
PESS Petromoc e Sasol, SARL	23 208 889	-
Engen Petroleum Moçambique	14 955 693	603 170
Petromoc-Petroleos de Moçambique	77 452 180	-
Total Moçambique, SARL	47 103 257	2 945 457
Petrogás, Lda.	4 916 463	162 651
Vidagás	394 506	2 500
Exor Petroleum Moçambique, Lda.	1 186 631	722 331
Trafigura Beheer BV	1 573 802	2 370 958
Ener Investiment, SARL	28 003	26 380
Mocargo	6 121 436	6 121 436
Mobil Oil Mocambique	319 180	319 180
INPETRO	500	500
Galana	14 239	15 739
Puma Energy	30 200 272	1 242 266
Xstorage Limitada	-	1 500
African Petroleum Lda	15 517 890	143 103
Glencore Mocambique	3 646 957	423 131
MozTop	551 034	19 607
Sturrock Grindrod	2 372 493	2 092 071
Petroda Mocambique, Lda	2 131 636	2 500
Mount Meru Petroleum	15 784 808	252 656
Camel Oil, Limitada	10 802 359	92 271
Gts Combustiveis, Limitada	2 033 116	2 500
Samcol, Lda	5 000	6 500
Liberty, S.A	2 500	-
RUR Energia, SA	2 500	-

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

Mouhadji Carlitos Combustível	2 413 864	2 500
Bio Energy, Limitada	5 000	-
Companhia de Abastecimento de Combustíveis	1 969 599	-
Addax South Africa	45 927	64 000
IPM - Independente Petroleum Mocambique	36 823	6 500
Glencore Energy Uk Ld	2 949 165	2 949 165
Engen Petroleum South Africa	95 839	95 839
IPG - Independente Petroleum Group	1 172 228	-
Sahara Energy Resource	176 980	608 500
Geogas Trading SA	-	608 500
Finergy Petroleum	363 256	-
PESS Petromoc e Saol, SARL	60 000	-
	376 858 038	23 500 434
Imparidade de contas a receber	(14 760 397)	(14 760 397)
	362 097 641	8 740 037

- i) O saldo desta rubrica está relacionado com a comissão imputada ao agente - Sturrock Grindrod, pela ocupação de uma fracção no navio fretado da Imopetro, conforme previsto no Contrato firmado entre a Imopetro e o armador - Trafigura. No entanto, devido à duvida existente no que respeita à cobrança do referido montante, a empresa decidiu constituir uma imparidade pelo valor total, enquanto decorrem esforços com vista à sua recuperação.

O movimento verificado nas perdas por imparidade acumuladas, apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
1 de Janeiro	14 760 397	9 775 076
Reforço	-	5 704 206
Reversões de contas a receber	-	(718 885)
31 de Dezembro	14 760 397	14 760 397

7. Outros activos correntes

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estado		
IVA a recuperar	50 557	-
	50 557	-
Acréscimos e diferimentos		
Technoshore Limitada	1 196 589	-
Geo Chem Mozambique Lda	5 468 526	-
Intertek	949 884	-
Indico Seguros	130 206	146 315
Cartrack, Lda	-	89 074
Domus	81 189	78 855
Soico Imprensa	8 330	8 330
Sociedade de Noticias S.A.	10 536	9 578
Total Mocambique	106 720	106 202
Impar Seguro	34 078	141 829
Diário de Mocambique	-	7 800
Movitel S.A	-	66 600
	7 986 058	654 583
Outros devedores		
ICOR - Instituto do Coracao	500 000	500 000
	500 000	500 000
Devedores trabalhadores		

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

Pedro Armando Chissico	445 687	360 231
Joao Francisco Macandja	126 722	425 477
Deca F.Tito	-	66 307
Ramos V.Jaime Macamura	15 041	3 911
Martinho Selemane	41 624	11 319
Tomas Felix Khumaio	3 593	14 422
Gabriel Vasco Chaichaiane	57 718	504
Tomas Edson Guirrengwane	73 464	41 000
Silvia Amande	15 982	-
Miceles Jaime D. Avo Miambo	6 147	84 034
Sergio Mulhovo	726 790	173 338
Evandra Camila Ferreira Perreira Fernades Pereira	134 000	134 000
Outros	-	309 546
	<u>1 646 768</u>	<u>1 624 089</u>
	<u>10 183 383</u>	<u>3 191 348</u>

8. Caixa e bancos

Caixa e bancos apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa		
Caixa – Maputo	41 659	34 699
Caixa – Beira	4 537	1 408
Caixa – Nacala	<u>18 778</u>	<u>995</u>
	<u>64 974</u>	<u>37 102</u>
Bancos - depósitos a ordem	122 812 682	7 500 484
Bancos - depósitos a prazo	<u>2 608 500</u>	<u>2 608 500</u>
	<u>125 421 182</u>	<u>10 108 984</u>
	<u>125 486 156</u>	<u>10 146 086</u>

A rubrica de caixa e bancos por moeda decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Meticals	77 772 339	7 166 219
Dólares Norte-Americanos	<u>47 648 843</u>	<u>2 979 869</u>
	<u>125 421 182</u>	<u>10 146 088</u>

Os depósitos à ordem decompõem-se da seguinte forma:

Saldos em moeda nacional	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BCI	57 133 505	4 200 174
Millennium BIM	<u>18 638 834</u>	<u>320 442</u>
	<u>75 772 339</u>	<u>4 520 616</u>
Dólares Norte-Americanos		
BCI	47 040 343	2 979 869
	<u>47 040 343</u>	<u>2 979 869</u>
	<u>122 812 682</u>	<u>7 500 485</u>

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

A rubrica de depósitos a prazo compreende:

Banco	Conta	Moeda	Data de constituição	Data de vencimento	Taxa de juro	2019	2018
BCI	147003621004	MZN	02.12.2018		0.05%	2 000 000	2 000 000
BCI	147003621004	USD	11.07.2018		0.25%	608 500	582 000
						2 608 500	2 582 000

9. Capital próprio

9.1 Capital social

O capital social da IMOPETRO encontra-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes sócios:

Capital social	%	2019	%	2018
Petrogal de Moçambique, Lda	5.88%	133 333	5.88%	133 333
BP Moçambique, Lda	5.88%	133 333	5.88%	133 333
PESS-Petromoc e Sasol, SARL	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Shell Moçambique, Lda	0.00%	-	5.88%	133 336
Engen Petroleum Moçambique	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Petromoc-Petroleos de Moçambique	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Total Moçambique, SARL	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Petrogas, Lda	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Boc Bases Moçambique, Lda	0.00%	-	5.88%	133 335
Vidagas, Lda	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Exor Petroleum (Moc) Lda	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Mocacor-Distrib. de combustíveis	0.00%	-	5.88%	133 333
Mobil Oil Moçambique, Lda	0.00%	-	5.88%	133 333
Sasol Oil Moçambique, Lda	0.00%	-	5.88%	133 333
Ener Invest, SA	5.88%	133 333	5.88%	133 333
IPM-Independent Petroleum Mocambique	5.88%	133 333	5.88%	133 333
Puma Energy	1.32%	30 000	1.32%	30 000
African Petroleum, Lda	1.32%	30 000	1.32%	30 000
Glencore Mocambique	1.32%	30 000	1.32%	30 000
Moz Top	0.88%	20 000	0.88%	20 000
Mount Meru Petroleum Mozambique Ida	0.22%	5 000	0.22%	5 000
Mouhadji Carlitos Combustível	0.22%	5 000	0.22%	5 000
Petromoc Bunkering, Lda	0.22%	5 000	0.22%	5 000
Petroda Mocambique, Lda	0.22%	5 000	0.22%	5 000
Camel Oil, Limitada	0.04%	1 000	0.04%	1 000
GTS Combustíveis, Lda	0.04%	1 000	0.04%	1 000
RUR, Energia SA	0.02%	500	0.00%	-
Liberty, SA	0.02%	500	0.02%	500
Bio Energy	0.01%	300	0.00%	-
Companhia de Abastecimento Combustíveis	5.88%	133 333	0.00%	-
I2A- Investimentos e Participacoes , SA	5.88%	133 333	0.00%	-
Imopetro, Lda - quotas próprias	17.65%	400 034	0.04%	833
		2 266 663		2 266 666

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

No prosseguimento da deliberação da Assembleia Geral dos sócios da IMOPETRO, em 12 de Dezembro de 2012, a IMOPETRO adquiriu, em 30 de Julho de 2013, pelo seu valor nominal ou seja 133.334 Meticais, a quota que era detida pelo sócio Chevron South Africa (Pty), Ltd.

Em 17 de Setembro de 2013, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio Puma Energy, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 103.333 Meticais em 2013.

Em 9 de Janeiro de 2014, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, African Petroleum, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 73.333 Meticais.

Em 29 de Janeiro de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 30.000 Meticais ao novo sócio, Glencore Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 43.333 Meticais.

Em 22 de Abril de 2015, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 20.000 Meticais ao novo sócio, Moztop Moçambique, Lda. Com esta cedência, a quota própria detida pela IMOPETRO na sociedade passou para 23.333 Meticais.

Em 18 de Abril de 2018, a IMOPETRO cedeu parte da sua quota própria no valor nominal de 22.500 Meticais a 7 novos sócios. Em resultado desta cedência em referência à data de 31 de Dezembro de 2018 a sociedade detém quotas próprias no valor de 833 Meticais.

Em 25 de Julho de 2019, a IMOPETRO adquiriu parte da quota de cinco empresas sócias no valor nominal de 399 201 Meticais. Em resultado desta aquisição com referência à data de 31 de Dezembro de 2019 a sociedade detém quotas próprias no valor de 400 034 Meticais.

9.3 Demonstração das variações no capital próprio

	Capital Social	Quotas próprias	Reserva legal	Reserva livre	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do Período	Total
Saldo a 01 de Janeiro 2018	2 266 666	(23 333)	826 741	6 813 655	4 162 865	15 120 596	(6 833 844)	22 333 346
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	(6 833 844)	6 833 844	-
Venda de acções	-	22 500	-	-	10 424 000	-	-	10 446 500
Resultados líquidos do período	-	-	-	-	-	-	(12 628 119)	(12 628 119)
Saldo a 31 de Dezembro 2018	2 266 666	(833)	826 741	6 813 655	14 586 865	8 286 752	(12 628 119)	20 151 727
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	(12 627 918)	12 628 119	201
Compra de acções	(3)	(399 201)	-	-	-	-	-	(399 204)
Reservas	-	-	-	-	6 288 751	-	-	6 288 751
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	15 127 585	15 127 585
Saldo a 31 de Dezembro 2019	2 266 663	(400 034)	826 741	6 813 655	20 875 616	(4 341 166)	19 619 773	41 169 060

9.4 Reservas

Reserva legal

De acordo com a lei vigente, a Empresa deverá transferir para Reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artigo 444º do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só poderá ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Reserva livre

O saldo desta conta representa o fundo de admissão dos sócios na sociedade IMOPETRO, fixado em USD 200.000 de acordo com os estatutos. O aumento registado no presente exercício, resulta da admissão de quatro novos sócios.

Outras reservas

Esta reserva foi construída para fazer face a investimentos futuros na empresa.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral de sócios, realizada em 20 de Abril de 2020, o resultado do exercício anterior foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

10. Empréstimo obtidos

O saldo da rubrica de Empréstimos obtidos, refere-se às responsabilidades da Empresa com os contratos de Locação financeira relativos à aquisição de três viaturas, nas seguintes condições:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Não correntes	355 295	1 009 258
Correntes	652 521	873 619
	<u>1 007 816</u>	<u>1 882 877</u>

Os empréstimos obtidos correntes detalham-se como segue:

	Data de abertura	Data de vencimento	2019	2018
Leasing - viatura AFW 227 MP	01.06.2017	01.06.2021	652 521	873 619

Os empréstimos obtidos não correntes são os seguintes:

	Data de abertura	Data de vencimento	2019	2018
Leasing - viatura AFW 227 MP	01.06.2017	01.06.2021	355 295	1 009 258

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

(i) O saldo da rubrica Depósitos de Clientes refere-se aos depósitos efectuados pelas empresas Dalbit, Union Energy e Mitra Energy, equivalente a USD 200 000 referente ao fundo de admissão a sócio, que aguardava deliberação dos sócios à data do balanço.

(ii) O saldo da rubrica de Adiantamento de Clientes corresponde aos valores recebidos das empresas gasolneiras para fazer face ao desalfandegamento de processos de importação de combustíveis.

13. Prestação de serviços

Esta rubrica analisa-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trânsito (a)	6 028 349	15 783 266
Comissão operadora	67 068 066	32 100 467
Cadernos de encargos	30 380 952	17 820 717
Regularização aduaneira	<u>2 201 218</u>	<u>1 693 124</u>
	<u>105 678 585</u>	<u>67 397 574</u>

- (a) O montante total reconhecido na rubrica receita de venda – trânsito, refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de produtos petrolíferos em trânsito pelo território nacional. As referidas comissões, resultam da aplicação de um coeficiente de 0.40 sobre as quantidades físicas de produtos manuseados no território nacional.
- (b) O montante total reconhecido nesta rubrica refere-se às comissões de serviços cobradas pela Empresa no âmbito das operações de importações de produtos petrolíferos consumidos no território nacional. As referidas comissões resultam da aplicação de um coeficiente de 0.74 sobre as quantidades físicas de combustíveis descarregadas em cada importação e distribuídas às gasolneiras.
- (c) O montante total contabilizado na rubrica receita regularização aduaneira refere-se aos montantes cobrados pela Empresa na base do coeficiente de 0.4 sobre as execuções aduaneiras mensais efectuadas a favor das gasolneiras.

14. Custos com o pessoal

Esta rubrica inclui:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações dos trabalhadores	29 326 412	28 383 152
Subsídios de férias	3 818 920	3 858 966
Subsídios de natal	2 609 926	2 533 307
INSS	1 574 079	1 551 876
Bonus	4 832 713	4 962 211
Indemnizações	-	22 100
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	215 428	235 484
Assistência Médica Medicamentosa	2 096 661	1 721 485
Alimentação	2 515 005	2 396 950
Formação	2 337 750	71 454
Outros custos com pessoal	<u>680 670</u>	<u>190 977</u>
	<u>50 007 564</u>	<u>45 927 962</u>

O número médio de colaboradores durante o exercício foi de 29 (2018: 27).

15. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros podem ser analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comunicações	3 287 114	2 441 370
Deslocações e estadias	1 371 965	830 838
Despesas de representação	113 456	151 537
Electricidade	697 038	534 932
Manutenção e reparação	3 770 059	1 788 676
Material de escritório	1 683 434	1 056 041
Outros	1 092 399	970 413
Rendas e alugueres	2 921 625	2 690 594
Responsabilidade social	295 512	223 467
Vigilância e segurança	184 726	174 512
Combustíveis e lubrificantes	1 411 913	1 294 704
Mobiliário e equipamento de escritório	118 165	773 423
Anúncios e publicidade	509 665	651 823
Assistência jurídica	3 021 623	1 254 963
Auditorias e consultorias	23 207 735	1 105 812
Publicações	3 869 952	2 514 832
	<u>47 556 381</u>	<u>18 457 937</u>

16. Outros rendimentos e gastos operacionais

Os outros rendimentos e gastos operacionais apresentam-se como segue:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Descontos	190	508
Outras receitas	33 690 336	1 438 000
Sinistros	537 826	-
	<u>34 228 352</u>	<u>1 438 508</u>

Outros gastos e perdas operacionais	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Abates de activos tangíveis	-	1 368 588
Direitos aduaneiros	106 011	55 530
Impostos	153 103	150 164
Outros	89 509	1 000
Perdas extraordinárias	3 759 709	4 916 281
Quotizações	427 743	475 562
	<u>4 536 075</u>	<u>6 967 125</u>

Os montantes inscritos em Abates de activos tangíveis no período anterior, referem as viaturas alienadas aos funcionários da empresa ao abrigo dos respectivos contratos de trabalho (Nota 5).

A rubrica Perdas extraordinárias está relacionada com a perda de combustível em Nacala durante o processo de recepção de produto, a qual não foi assumida pelas gasolinehas e pelos Caminhos de Ferro de Moçambique.

17. Rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos financeiros analisam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Descontos	190	508
Diferenças cambiais não realizadas	-	1 008 720
Diferenças cambiais realizadas	3 328 399	2 624 202
Juros	480 054	627 724
	<u>3 808 643</u>	<u>4 261 154</u>
Gastos		
Descontos	11	2
Diferenças cambiais não realizadas	4 546 000	421 649
Diferenças cambiais realizadas	3 545 617	899 249
Juros	982 305	1 012 624
	<u>9 073 933</u>	<u>2 333 524</u>
	<u>(5 265 290)</u>	<u>1 927 630</u>

18. Imposto sobre o rendimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto corrente	10 958 333	1 462 588
	<u>10 958 333</u>	<u>1 462 588</u>

18.1 O Lucro tributável

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultados antes do imposto	<u>26 085 918</u>	<u>(11 165 531)</u>
A acrescentar à materia colectável		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1 600 000	1 509 541
Impostos e encargos por conta	106 010	199 973
Perdas por imparidade não dedutíveis	-	5 274 777
80% de Despesas de representação	90 765	121 230
50% de ajudas de custos	120 093	71 485
50% encargos com viaturas	1 392 412	1 392 667
Diferenças de cambio não realizadas	4 546 000	579 290
Encargos com viaturas com leasing	303 594	723 936
Encargos sobre responsabilidade de outrem	-	4 916 281
Menos valias contabilísticas	-	1 368 588
	<u>8 158 874</u>	<u>16 157 768</u>
A deduzir à materia colectável		
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	-	421 649
	-	421 649
Lucro tributável	<u>34 244 792</u>	<u>4 570 588</u>

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticals)

18.2 Impostos a (pagar) / recuperar

	2019	2018
Saldo inicial	412 676	(480 846)
Pagamento final de IRPC do exercício anterior	-	480 846
Pagamento por conta	1 170 072	1 875 264
IRPC do exercício	(10 958 333)	(1 462 588)
	(9 375 585)	412 676

19. Partes relacionadas

As transacções com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Prestação de serviços	2019	2018
BP Mocambique	6 870 160	6 064 405
Camel Oil Limitada	1 828 637	-
Companhia de Abastecimento de Combustível, Lda	134 752	-
ENER	5 498	-
Engen Petroleum Mocambique	6 734 945	5 349 309
Exor Petroleum Mocambique	126 550	32 945
GLENCORE ENERGY MOCAMBIQUE	2 705 184	874 449
African Petroleum, Lda	-	292 276
GTS	411 732	-
IPM- Independent Petroleum Mocambique	14 251	7 535
Mouhadji Carlitos Combustível	452 268	-
Vidas, lda	-	21 272
Mount Meru Petroleum Mozambique lda	1 943 035	-
MOZ TOP	1 155 758	-
PESS-Petromoc & Sasol SARL	4 744 201	-
Oetromoc e Sasol, SARL	-	3 144 192
PETRODA	203 774	-
Petrogal Mocambique	10 233 148	6 017 631
PETROGAS	607 210	410 486
Petromoc- Petroleos de Mocambique	15 206 297	8 667 616
Puma Energy	8 989 960	4 694 120
Total Moçambique	7 278 021	4 290 353
	69 645 381	39 866 589

Os saldos com partes relacionadas a 31 de Dezembro de 2019 apresentam-se como segue:

	Contas a receber	Contas a pagar
Petrogal de Moçambique, Lda.	68 839 464	-
BP Moçambique, Lda.	38 404 549	-
PESS Petromoc e Sasol, SARL	23 208 889	-
Engen Petroleum Moçambique	14 955 693	-
Petromoc-Petroleos de Moçambique	71 779 830	28 045 191
Total Moçambique, SARL	47 103 257	-
Petrogás, Lda.	4 916 463	-
Vidagás	394 506	-
Exor Petroleum Moçambique, Lda.	1 186 631	-
Ener Investment, SARL	28 003	-

IMOPETRO – IMPORTADORA MOÇAMBICANA DE PETRÓLEOS, LIMITADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Meticais)

Mobil Oil Mocambique	319 180	-
Puma Energy	29 977 762	-
African Petroleum Lda	15 517 890	-
Glencore Mocambique	3 646 957	-
MozTop	551 034	-
Mount Meru Petroleum	15 784 808	-
Camel Oil, Limitada	10 802 359	-
Gts Combustiveis, Limitada	2 033 116	-
Liberty, SA	2 500	-
RUR Energia, SA	2 500	-
Mouhadji Carlitos Combustível	2 413 864	-
Bio Energy, Limitada	5 000	-
Companhia de Abastecimento de Combustiveis	1 969 599	-
IPM - Independente Petroleum Mocambique	36 823	-
PESS Petromoc e Saol, SARL	60 000	-
Petromoc - Petroleos de Moçambique	5 672 350	-
Puma Energy	222 510	-
	359 835 537	28 045 191

Os saldos com partes relacionadas a 31 de Dezembro de 2018 apresentam-se como segue:

	Contas a receber	Contas a pagar
Mobil	319 180	-
BP Moçambique, Lda	-	4 270 372
Petróleos de Moçambique, SARL	-	1 680 269
Petrogal de Moçambique, Lda	1 597 023	-
Engen Petroleum Moçambique	603 170	-
Puma Energy	1 021 256	-
Total Moçambique, SARL	2 945 457	-
Total Moçambique, SARL	2 028 009	-
Vidagás, Lda	2 500	-
Exor Petroleum (Moç), Lda	722 331	-
Ener Investments, SA	26 381	-
IPM- Independent Petroleum Moçambique	6 500	-
Engen Petroleum Moçambique	95 839	-
Petrogas, Lda	162 651	-
Glencore Moçambique	423 131	-
Moztop	19 607	-
Afrox Moçambique	-	219 675
	9 973 035	6 170 316

Benefícios do pessoal chave de gestão

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a 7.242.393 Meticais durante o exercício de 2019 (7 130 060 Meticais em 2018).

20. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2019, não existiam compromissos relativos a locações operacionais.

Garantias

a) Garantias bancárias no BCI:

Numero de conta	Tipo de conta	Moeda	Saldo a 31-12-2018
147.003.691.023	Garantia recebida	MZN	2 150 000

21. Acontecimentos após a data de balanço

A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários sectores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Económico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objectivos Sociais, e no pressuposto de sua continuidade operacional. Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a actividade e rendibilidade da organização será afectada em menor ou maior grau.

Face ao exposto acima, a Gestão reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação efectuada, a Gestão é de opinião que a dúvida significativa associada às actuais incertezas relacionadas ao vírus COVID-19 não resulta actualmente em incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa prosseguir com as suas actividades.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




imopetro
Importadora Moçambicana de Petróleos